

Paradigmas da opinião jornalística no Confronto do Centro Cívico¹

Mônica Chagas FERREIRA²

Fábio Alves SILVEIRA³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

O período de greve dos servidores da rede estadual de ensino do Paraná no ano de 2015 foi amplamente midiaticizado pelos veículos de comunicação paranaenses, inclusive pelas mídias dos próprios movimentos; o estudo, porém, analisa a cobertura da mídia comercial. O dia 29 de abril, especificamente, dia de maior confronto entre policiais e servidores estaduais no Centro Cívico, em Curitiba, foi tema de capa dos dois jornais impressos diários de Londrina na época do ocorrido. Este artigo traz uma análise dos editoriais do dia 30 de abril da *Folha de Londrina* e do *Jornal de Londrina*, comparando as posturas assumidas diante do fato. A análise é embasada nos conceitos jornalísticos do editorial como gênero opinativo e nos estudos semiológicos e linguísticos de Saussure, desmembrados nos dois eixos da linguagem determinados pelo estudioso – paradigma e sintagma.

PALAVRAS-CHAVE: editorial; greve; linguagem; opinião; signo.

Introdução

No ano de 2015, os professores da rede estadual de ensino do estado do Paraná realizaram duas grandes paralisações das atividades, as quais resultaram em um período de greve de 73 dias corridos e 49 dias letivos, com a somatória da primeira e segunda fase do movimento. As reivindicações da categoria foram delimitadas a partir de um pacote de medidas do governo do estado apresentado com o intuito de contenção de gastos.

Em momentos de tensão e crise como estes, a cobertura da mídia sempre é questionada pelos sujeitos envolvidos e também pelo grande público, que procura nos meios de comunicação uma verdade para seguir, daí a construção da “opinião pública”. Entre os gêneros jornalísticos opinativos presentes em um veículo impresso, o editorial é o que apresenta a opinião oficial do jornal mediante os fatos ocorridos, ou seja, tende a mostrar a posição adotada pela empresa jornalística diante dos acontecimentos. Na greve dos professores, os jornais de maior circulação na cidade à época – *Jornal de Londrina* e *Folha*

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Estudante de Graduação do 4º ano do Curso de Jornalismo da UEL, email: monica.chagasf@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UEL, email: fapoars@hotmail.com.

de Londrina – dedicaram alguns de seus editoriais para se expressarem sobre o movimento. Segundo informações do jornal *Gazeta do Povo* e materiais noticiosos produzidos pela Associação dos Professores do Paraná (APP-Sindicato), a primeira fase da greve dos docentes foi deflagrada no dia 7 de fevereiro de 2015. As paralisações começaram na segunda-feira (9), dia previsto para o início do ano letivo na rede estadual de ensino. A principal reivindicação era a retirada do chamado “pacotaço” da pauta de votação dos deputados estaduais na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep). “O pacote de medidas do governo prevê vários ajustes de aumento de receitas e de diminuição de despesas.” (GAZETA DO POVO, 09/02/15). O “pacotaço”, assim batizado pelos grevistas, consistia num conjunto de propostas, divididas em dois projetos de lei, que previam, entre outras medidas, cortes de benefícios do funcionalismo. A maior preocupação dos professores, entretanto, era com as alterações na previdência estadual, o fundo de aposentadoria dos servidores do Paraná.

Os projetos chegaram à Assembleia no dia 4 de fevereiro de 2015 e passaram a tramitar em regime de urgência. No dia 9 de fevereiro, o líder do governo Beto Richa (PSDB) na Assembleia, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), apresentou um pedido para que o plenário fosse transformado em “comissão geral”, assim os projetos poderiam ser votados em regime de “tratoração”, ou seja, rapidamente e sem precisarem passar pelas comissões da Casa.

Depois de alguns embates entre a categoria e o governo do estado, os projetos foram retirados da pauta de votação no dia 12 de fevereiro. Os professores estavam posicionados majoritariamente contra o Projeto de Lei 252/2015, que previa o pagamento de aposentados e pensionistas com 73 anos ou mais com o dinheiro do fundo previdenciário dos servidores estaduais.

No período de 29 dias da primeira fase da greve, um grupo de professores manteve-se acampado em frente à Alep e insistiu em acompanhar o maior número de sessões legislativas a fim de pressionar os deputados pela reprovação ou retirada de pauta do projeto de lei que continha medidas impopulares ao funcionalismo público. No dia 10 de fevereiro, cerca de 300 servidores que acompanhavam a sessão no plenário e outros 200 que entraram posteriormente, ocuparam a o plenário da assembleia e mantiveram-se lá até o dia 12, quando os deputados decidiram suspender a votação das medidas. Entre os dias 10 e 12 de fevereiro, os deputados tentaram realizar sessões extraordinárias no restaurante da Assembleia. “Depois de muito mistério Sobre o local onde seria realizada a sessão, os deputados chegaram à Assembleia em um ônibus da Tropa de Choque. Cercados por um

cordão policial, eles foram escoltados ao interior do prédio.” (GAZETA DO POVO, 12/02/15).

Professores e funcionários decidiram suspender a greve no dia 9 de março, em uma assembleia realizada no Estádio Durival Britto (Vila Capanema), em Curitiba, após a assinatura de um termo de compromisso entre representantes dos professores e líderes do governo do estado, perante o juiz que mediou a reunião realizada no Tribunal de Justiça do Paraná, em que um acordo foi firmado entre ambas as partes. O governo do estado comprometeu-se a atender algumas das reivindicações do funcionalismo. Apesar da suspensão, o estado de greve foi mantido pelos servidores.

No dia 25 de abril, a greve dos professores da rede estadual de ensino foi retomada. A categoria decidiu em assembleia por unanimidade iniciar o segundo período de greve, após a quebra do acordo assinado ao final do primeiro período de paralisação. Nos dias 26, 27, 28 e 29 os servidores estaduais permaneceram no Centro Cívico, em Curitiba, para acompanhar as sessões da Alep, a fim de pressionarem os deputados pela retirada do Projeto de Lei 252/2015, que alterava a poupança de aposentadoria dos servidores estaduais, a ParanáPrevidência. Cerca de 1200 policiais foram convocados pelo governo para cercarem o Centro Cívico, isolarem a área e assegurarem a votação do projeto de lei até o dia 30 de abril. O aparato foi convocado para evitar uma nova ocupação do plenário, segundo a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) do Paraná.

O dia 29 de abril foi marcado pelo grave confronto entre professores, servidores, estudantes e policiais, que resultou num saldo de mais de 200 feridos, de acordo com as informações da Polícia Militar. “Professores são proibidos de acompanhar a sessão do Legislativo que discutia o projeto de lei da previdência. Do lado de fora, os policiais militares que cercavam o prédio da Assembleia Legislativa reagem violentamente contra o protesto dos professores.” (GAZETA DO POVO, 08/06/15). Os PMs usaram bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha, cassetetes, sprays de pimenta, cães policiais e helicópteros para conter o avanço dos manifestantes e impedir que eles entrassem na Assembleia e acompanhassem a sessão.

Simultaneamente ao confronto, a maioria dos deputados aprovou o projeto de lei que alterou o fundo previdenciário. Após o episódio, a categoria manteve a greve com reivindicações de reposição salarial. O governo apresentou algumas propostas, que foram recusadas pelos professores.

A segunda fase da greve da rede estadual de ensino durou 45 dias e foi encerrada em 9 de junho. Cerca de 10 mil profissionais reuniram-se em assembleia da APP-Sindicato, no Estádio Durival Britto (Vila Capanema), e a ampla maioria decidiu acatar a proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo do estado. As aulas foram retomadas na quarta-feira, dia 10 de junho.

Durante todo o período de paralisação, os veículos de comunicação fizeram coberturas locais e estaduais, principalmente nos dias de confrontos e manifestações no Centro Cívico. A *Folha de Londrina* dedicou sete editoriais do período para tratar do assunto, já o *Jornal de Londrina* citou e opinou sobre a greve dos professores em 19 editoriais.

Neste artigo, foram analisados os editoriais de ambos os periódicos publicados em 30 de abril, dia seguinte à situação de maior confronto entre servidores e policiais no Centro Cívico, em Curitiba. Utilizando por base conceitos do jornalismo opinativo e estudos linguísticos de Saussure, o objetivo foi verificar a posição tomada pelos veículos de comunicação impressos diários da cidade de Londrina à época em relação à greve dos professores estaduais, mais precisamente ao episódio ocorrido no dia 29 de abril de 2015, em Curitiba.

O recorte do gênero jornalístico analisado, das plataformas midiáticas e dos veículos de comunicação pode ser explicado pela proximidade dos leitores londrinenses com os jornais impressos e pela relação desses com os acontecimentos em Curitiba, que envolviam parte da população universitária da cidade e dos professores e servidores estaduais, o que causou grande interesse na sociedade em geral.

Desenvolvimento

Beltrão (1980) e Melo (2003) classificam o editorial como um gênero do Jornalismo Opinativo, responsável por expressar a opinião oficial da empresa jornalística diante dos fatos de maior repercussão. A redação do editorial geralmente é desempenhada por um profissional de cargo elevado dentro do veículo de comunicação, mas sua produção implica um consenso de opiniões, que deve manter o equilíbrio entre o caráter privado da empresa jornalística e sua missão pública.

O editorial é publicado na primeira página do jornal e apresenta caráter institucional, seu conteúdo expressa a opinião oficial do veículo, não de um só jornalista ou articulista. Ao tratar de assuntos atuais e amplamente discutidos na sociedade, o editorial tem a função de traduzir a realidade e apontar significados de um determinado acontecimento ou tema de

forma aprofundada; por conseguinte, acaba orientando o pensamento social. A estrutura de um texto editorial consiste em apresentar uma ideia central única e expressar uma opinião sobre ela, por meio de argumentos convictos. A escolha desses argumentos e de toda a cadeia gramatical que forma um texto editorial é arbitrária.

O editorial é a voz do jornal, sua tribuna. “Um jornal sem voz nem voto é como um homem sem juízo. Jornalismo que não se sente capaz ou não pode dar orientação nem formular critérios é um jornalismo sem uso da razão”, proclama Mostaza. E acrescenta: “O editorial faz transcender de sua peremptória urgência a notícia. A realidade humana – única que interessa no jornalismo – fala por meio do acontecimento, e o editorial tem de traduzir essa linguagem dos fatos, ininteligíveis ao não especializado, em termos de geral compreensibilidade. Ao traduzir o idioma da realidade, o editorial nos dá o significado do que acaba de acontecer”. (MOSTAZA, 1953 apud BELTRÃO, 1980, p.52).

Ambos os veículos expressaram nitidamente uma opinião contrária às ações do governo, seguindo a opinião pública, também amplamente contrária às atitudes governistas diante do acontecimento. Entretanto, cada um dos jornais demonstrou sutis divergências de opiniões, por meio da escolha de palavras.

Saussurre (1984) considera que a tradução do pensamento em sons e fonemas específicos depende do valor linguístico empregado nos signos para a produção de significados. Segundo ele, um signo se evidencia por ser diferente de outro e o valor linguístico é definido pelas relações, oposições e posições de um signo em relação a outros termos da língua.

Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa “sol” se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é possível dizer “sentar-se ao sol”. (SAUSSURRE, 2006, p.135).

Na produção de um editorial, as palavras são escolhidas cuidadosa e meticulosamente, com atenção ao valor e ao sentido que implicarão na frase a ser construída. Esse cuidado é necessário para a manutenção da linha editorial e ideológica do jornal. O redator do editorial deve escolher as palavras que expressem exatamente o conteúdo pretendido, a fim de evitar dúvidas e ambiguidades. Para isso, no processo de produção do texto, o profissional considera as variáveis que o influenciam e o que pode ou não estar presente na opinião do veículo de comunicação ao qual está submetido. Palavras ou expressões não condizentes com a linha editorial ou com o público-alvo do jornal, por exemplo, são descartadas.

O editorial publicado em 30 de abril no jornal *Folha de Londrina* apresentou o mesmo número de caracteres habituais (aproximadamente 1800) e destacou uma posição contrária à violência policial, exposta no próprio título: *Contra a violência policial*. O cuidado na produção textual é observado na própria estrutura, que seguiu a linha ideológica do veículo, de cunho mais conservador, ao apresentar menos opinião e mais informação. Os três primeiros parágrafos trouxeram uma contextualização dos motivos que levaram à greve dos professores e ao confronto do dia 29, quantificando saldo de feridos e os valores financeiros da mudança no fundo previdenciário. (Consultar apêndice 2).

A produção da linguagem e, portanto, a escolha de palavras na produção de um texto jornalístico, bem como nos editoriais analisados, se divide em dois eixos, segundo Saussure (1984): paradigma e sintagma. O primeiro é o eixo vertical das escolhas e abrange o conjunto de palavras que se associam na memória para expressar determinado pensamento.

Na produção do editorial, a seleção das palavras que melhor exprimem a opinião da empresa jornalística sobre determinado assunto passa pelo eixo paradigmático; o uso de determinadas palavras no texto permite que o leitor as associe com outros conjuntos de palavras, formando a ideia central pretendida. Por exemplo, no editorial da *Folha de Londrina*, o leitor se vê obrigado a fazer várias associações com fatos anteriores para compreender o texto em sua totalidade, como no parágrafo “Os atos desta semana são uma continuação da greve do funcionalismo deflagrada em fevereiro por conta desse projeto que prevê mudanças na Paraná Previdência e pelo atraso no pagamento de benefícios.” (FOLHA DE LONDRINA, 30/04/15). Há um pressuposto de que o leitor associe o projeto à previdência e às medidas contidas nele para entender o motivo da greve.

O segundo eixo corresponde à organização destas palavras na construção textual. O sintagma é formado por uma ou mais palavras que desempenham uma função dentro da frase. Ou seja, a linearidade do texto está ligada ao encadeamento das unidades no eixo horizontal da linguagem, o sintagma. No editorial do *Jornal de Londrina*, as associações sintagmáticas são percebidas principalmente pela presença de pronomes, que fazem referência a termos utilizados anteriormente e garantem, assim, a linearidade e o ritmo do texto. Na frase “Com deputados tão submissos, este Legislativo torna-se quase desnecessário.” (JORNAL DE LONDRINA, 30/04/15), os termos “deputados” e “este Legislativo” pressupõem que o leitor já saiba quais deputados e qual legislativo estão sendo citados, seja pelo próprio texto ou por associações na esfera cognitiva.

Desse duplo ponto de vista, uma unidade linguística é comparável a uma parte determinada de um edifício, uma coluna, por exemplo; a coluna se acha, de um lado, numa certa relação com a arquitrave que a sustém; essa disposição de duas unidades igualmente presentes no espaço faz pensar na relação sintagmática; de outro lado, se a coluna é de ordem dórica, ela evoca a comparação mental com outras ordens (jônica, coríntia, etc.), que são elementos não presentes no espaço; a relação é associativa. (SAUSSURRE, 2006, p.143).

Apesar de apresentar-se contrário à violência policial já no título, o editorial da *Folha de Londrina* trouxe uma grande quantidade de dados preenchendo os três primeiros parágrafos e só expressou uma opinião direta no último parágrafo do texto. Mesmo defendendo o repúdio à violência “para repressão de manifestações pacíficas”, o editorial comenta a presença de *black blocs* entre os manifestantes, com a expressão “é correto afirmar que...”, a qual pressupõe uma situação comprovada. Ao analisarmos a construção textual e os argumentos apresentados, a frase contradiz o título e as primeiras informações do texto. A tese da presença de *black blocs* entre os manifestantes fora apresentada e defendida pelo governo desde o início das manifestações, até mesmo para justificar o uso do aparato e da violência policiais. Ao citar os *black blocs*, o texto abre uma brecha para o argumento (do próprio governo) de que houve motivo para a truculência, o que torna perceptível a linha ideológica e editorial conservadora do veículo de comunicação, em consonância com as atitudes do governo estadual.

Segundo a secretaria [de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná], policiais também teriam se machucado no confronto. A tese foi divulgada durante coletiva nesta segunda-feira (4). Para corroborar a tese, a Sesp mostrou frames de imagens colhidas pelo departamento de inteligência. A Secretaria concluiu que foram usados "artefatos físicos e químicos" contra os policiais, provocando a reação da tropa. A Sesp diz também estar se valendo dessas mesmas imagens para identificar os *black blocs* que estariam infiltrados no movimento dos professores. E que o chamamento para o protesto ocorreu através das redes sociais, e não envolviam os professores. A Sesp teria monitorado no *Facebook*, vários grupos radicais foram flagrados convocando os *black blocs* para que participassem do protesto. [...] Entre os grupos que, segundo a Sesp, teriam começado o ataque estão o “Antifa” (movimento que se opõe ao fascismo, por o considerarem um tipo de regime errado), que a Sesp classificou como *black blocs*. Mas também foram feitos registros de estudantes de diferentes locais do Paraná e também adolescentes de colégios estaduais de Curitiba. (PARANÁ ONLINE TRIBUNA, 04/05/15).

A frase final “O diálogo respeitoso ainda é a melhor conduta a ser adotada. É sinal de maturidade democrática” (FOLHA DE LONDRINA, 30/04/15) pairou como uma lição de moral para os lados envolvidos e admitiu que a *Folha* acreditou que ambos cometeram

erros e contribuíram para desencadear atitudes violentas, mesmo se apresentando aparentemente favorável aos servidores estaduais.

O *Jornal de Londrina* destacou o editorial do dia 30 de abril, iniciando-o na capa da edição. Além dos 1200 caracteres habituais, mais 800 foram dedicados ao texto no campo inferior da capa. Com o título “Quarta-feira de tiro, gás e bomba”, o editorial também trouxe uma contextualização do ocorrido, porém de forma mais extensa, resgatando fatos anteriores de investigações envolvendo membros da Assembleia Legislativa do Paraná e até mesmo do confronto policial ocorrido no governo Álvaro Dias. A primeira frase do editorial “A Assembleia Legislativa do Paraná se apequenou mais um pouco ontem” (JORNAL DE LONDRINA, 30/04/15) funciona como tese para a construção do texto e vai sendo justificada a cada caso lembrado no decorrer dos parágrafos. O terceiro parágrafo apresenta uma espécie de conclusão e abre caminho para os seguintes, que apresentam uma análise mais ampla da situação do poder legislativo no estado, justificada também pelos acontecimentos das semanas anteriores ao dia 29. O último parágrafo se dedicou a relembrar o episódio de violência do então governador Álvaro Dias, em 1988, (quando a cavalaria foi solta para conter professores que pediam aumento salarial em frente ao Centro Cívico) ressaltando que “as cenas de guerra vistas em Curitiba repetem de forma piorada o tristemente famoso episódio em que o ex-governador Álvaro Dias (PSDB) jogou a cavalaria sobre os educadores” (JORNAL DE LONDRINA, 30/04/15). (Consultar apêndice 4).

O editorial do *Jornal de Londrina* trabalhou majoritariamente com as relações associativas realizadas na mente do leitor, citando fatos anteriores e deixando um episódio levar a outro. A escolha de palavras também foi cuidadosa e a opinião expressa de forma mais explícita, mas também embasada por fatos informativos. A contextualização funcionou como gancho para a leitura e os argumentos foram apresentados a cada parágrafo, diferentemente do texto da *Folha de Londrina*, que fez uma divisão entre contexto e argumentação. O desfecho textual também se diferenciou consideravelmente; o *Jornal de Londrina* não utilizou um desfecho moral, mas também deixou uma pequena reflexão, utilizando como princípio o resgate histórico. A frase “...as cenas de guerra vistas em Curitiba repetem de forma piorada o tristemente famoso episódio em que o ex-governador Álvaro Dias (PSDB) jogou a cavalaria sobre os educadores. Repetem, mas não amenizam, nem apagam da história o “feito” do hoje senador” (JORNAL DE LONDRINA, 30/04/15) funciona como um sobreaviso, chama o leitor a manter-se atento e não esquecer dos fatos ocorridos no estado.

Considerações finais

Diante dos teóricos estudados e da análise dos editoriais, a comparação dos textos veiculados pelos dois jornais impressos da cidade de Londrina à época evidencia a presença da linha editorial e da posição política dos periódicos na produção do editorial, bem como a importância do valor linguístico de cada signo e de sua relação com os outros termos do texto. Os dois eixos da linguagem, abordados por Saussure, encontram-se presentes nas composições textuais e indicam como o processo de construção do texto foi planejado na redação.

O editorial da *Folha de Londrina* apresenta-se mais brando e conservador, a opinião é expressa mais timidamente e a hipótese do governo é cogitada. Já o editorial do *Jornal de Londrina* assume uma posição mais nítida e utiliza argumentos históricos e fatos noticiados pelo próprio veículo para questionar as atitudes do governo estadual.

O objetivo do trabalho foi cumprido e o embasamento teórico possibilitou a produção de uma análise mais ampla e semiótica dos editoriais. A separação em gêneros textuais jornalísticos e as características atribuídas ao editorial encontram-se presentes em ambos os textos e também auxiliam na compreensão do método de construção textual, anterior à publicação e posterior aos acontecimentos tratados.

O artigo também abre espaço para a continuação deste tipo de análise, utilizando outros embasamentos teóricos e teorias discursivas de análise de conteúdo de todos os editoriais publicados no período da greve.

Diante disso, conclui-se que a produção jornalística, tanto textual como opinativa perpassa pressupostos teóricos importantes no campo da comunicação, como a Linguística e a Semiologia.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

GADINI, Sérgio Luiz. (Org.). **Coberturas jornalísticas (de)marcadas** : a greve dos professores na mídia paranaense em 2015. Ponta Grossa : Estúdio Texto, 2015.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinitivo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix. 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular. 2004.

VAZ, Ana Lucia. **Jornalismo na correnteza**: senso comum e autonomia na prática jornalística. Rio de Janeiro: Senac Nacional. 2013.

Paraná Portal. Disponível em: < <http://www.paranaportal.com.br/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

MULLER, Josiane. **Paradigma e Sintagma**. Disponível em: < <http://meuartigo.brasile scola.com/gramatica/paradigma-sintagma.htm>>. Acesso em: 30 set. 2015.

LUTO pela Educação. Direção: Francielly Camilo. TV APP Sindicato, 2015.

APP Sindicato. Disponível em: < <http://www.appsindicato.org.br/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

Paraná Online Tribuna. Disponível em: < <http://www.parana-online.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Apêndices

Apêndice 1 – Capa da Folha de Londrina – 30/04/15



Apêndice 2 – Editorial da Folha de Londrina – 30/04/15

Contra a violência policial

O "clima de guerra" tomou conta ontem do Centro Cívico de Curitiba. Confronto entre Polícia Militar e manifestantes – a maioria servidores públicos e professores – terminou com um saldo de mais de 200 feridos e 7 presos. O uso da força policial para afastar a aglomeração de pessoas e impedir o acesso ao prédio da Assembleia Legislativa já tinha sido utilizado na terça-feira, mas ontem a tensão aumentou. Foram utilizados gás lacrimogênio, balas de

borracha, cães e jatos d'água para dispersar os manifestantes.

Os servidores protestavam contra o projeto encaminhado pelo governo do Estado que prevê mudanças na ParanaPrevidência. Conforme a proposta, o pagamento de 33,5 mil servidores com idade acima de 73 anos – completados até o próximo dia 30 de junho – passará a ser realizado pelo Fundo Previdenciário. A mudança desses inativos, que hoje são pagos pelo tesouro estadual, permitirá uma economia de R\$ 125 milhões por mês ao caixa do governo.

Os atos desta semana são uma continuação da greve do funcionalismo deflagrada em fevereiro por conta desse projeto que prevê mudanças na ParanaPrevidência e pelo atraso no pagamento de benefícios. Naquele mês, a Assembleia foi ocupada pelos professores, que conseguiram adiar a votação das mudanças no fundo previdenciário estadual. No entanto, ontem mesmo com os protestos o projeto foi aprovado e seguirá para sanção do governador.

O uso da violência nunca deve ser aceito e utilizado como argumento para repressão de manifestações pacíficas. No caso específico de ontem, eram policiais contra professores e servidores em sua maioria. É correto afirmar que entre os manifestantes estavam alguns "black blocs", que costumam praticar atos de vandalismo, mas eram poucos perto do total de servidores. O diálogo respeitoso ainda é a melhor conduta a ser adotada. É sinal de maturidade democrática.

